



GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: Termo Circunstanciado de Revogação da licitação modalidade Pregão Presencial nº 32/2013, do Tipo "Menor Preço por Item", Processo nº 61/2013.

A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório, Sr. Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições legais, com respaldo legal no **artigo 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, **REVOGA** a licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013**, do Tipo "**Menor Preço por Item**", objetivando, resumidamente, a **Aquisição de 01 (uma) unidade de Caçamba (Coletor Compactador de Lixo), caçamba basculante com capacidade mínima de 15m³ Usada, com ano de fabricação não inferior a 2002 Revisada, para uso no veículo Caminhão modelo Ford Cargo 1617 ano 97/98 da Frota Municipal**, tendo em vista a manifestação do **Diretor da Garagem Municipal**, no qual solicita as devidas providências cabíveis em relação ao referido pregão, pois após visita na empresa vencedora, constatou que o equipamento ofertado não atende as necessidades da administração, haja vista que a capacidade do mesmo diverge do solicitado na licitação, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, que assim se manifestou:

*"O Diretor da Garagem, Sr. Luiz Carlos dos Santos solicitou ao Presidente da Comissão Municipal de Licitação que tome as providências cabíveis quanto ao Pregão Presencial nº. 32/2013, pois em visita a empresa vencedora, constatou que o equipamento ofertado não atende as necessidades da administração, haja vista que a capacidade do mesmo diverge do solicitado na licitação, ou seja, capacidade mínima de 15m³. Para tanto juntou aos autos pesquisa feita no site: [HTTP://www.portalcoletores.com.br/citylix.php](http://www.portalcoletores.com.br/citylix.php), onde consta que o Modelo 12, o qual foi apresentado na Proposta pela empresa vencedora, tem capacidade total de 12m³. Pelos documentos acostados nos autos percebe-se que a empresa vencedora, ofereceu o coletor e compactador de lixo Modelo CITYLIX 12, Marca Equitran, ano de fabricação 2002, série nº. 4490, sendo a mesma pesquisada pela Garagem Municipal que não atende as especificações contidas no edital, tal como, capacidade mínima de 15m³. Desse modo, temos que a melhor maneira de solucionar a lide é Revogando a Licitação, para uma melhor adequação do objeto, nos moldes do art. 49 da Lei nº. 8.666/1993, vejamos: "**Art. 49 – A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta (...)**". A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniência e inadequado à satisfação das funções atribuídas ao estado. Nas palavras do doutrinador Marçal Justen Filho temos: "**A revogação se funda e juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado. No exercício da competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com as funções atribuídas ao Estado. A revogação pressupõe que a***



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Administração disponha da liberdade para praticar um certo ato ou para determinar alguns de seus aspectos. Após praticado ao ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso se denomina revogação.” (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 462) No presente caso, ficou demonstrado que no edital, o objeto deixa dúvidas quanto ao que realmente a Administração deseja, por isso a Revogação é a maneira correta para a melhor adequação do edital e do objeto”.

Isto posto, ordeno a publicação dessa revogação no Diário Oficial do Estado São Paulo, concedendo às empresas, a partir da data da publicação do extrato de revogação desta licitação, prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, nos termos e em cumprimento ao disposto no artigo 109, inciso I, letra “c”, da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

Por fim, em atendimento ao parágrafo 5º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 23 de maio de 2013.

**FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL**